

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhoras e Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

**Inovação em Serviços**

Reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade e a transformação digital, evoluímos continuamente nossos serviços para entregar mais valor aos nossos clientes.

Em 2025, atingimos um marco expressivo, 93% dos clientes pessoa física utilizaram canais digitais, biometria ou aceite digital para formalizar operações por meio do App Bradesco Celular e do *Internet Banking*, refletindo o engajamento crescente com soluções mais simples, rápidas e seguras aos nossos clientes.

Os acessos aos extratos, certificados, informes de rendimentos e informações sobre sorteios, agora estão sendo realizados 100% digital. Essa transição completa para o digital, disponível nos aplicativos do Banco Bradesco e da Bradesco Seguros, proporciona aos nossos clientes, maior eficiência, rapidez, praticidade e controle.

Essa evolução representa mais do que conveniência, é um avanço que gera autonomia, agilidade e eficiência, reforçando nosso comprometimento com uma experiência cada vez mais transparente, moderna e centrada no cliente.

**Portfólio de Produtos**

No exercício de 2025, a Bradesco Capitalização lançou novos produtos, resultado de uma revisão estratégica do portfólio, com foco em novos perfis de clientes, comunicação mais assertiva e uso intensivo de *Analytics* (Análise de Dados), destacando-se:

- **Max Prêmios Pessoa Jurídica:** desenvolvido especialmente para o segmento empresarial, o qual possibilita à empresa uma alternativa inteligente para agregar valor à gestão financeira. Com pagamento mensal de R\$ 1 mil, a empresa participa de sorteios mensais e trimestrais com prêmios de até R\$ 50 mil, durante 48 meses de vigência;
- **Max Prêmios MEI:** destinado aos microempreendedores que buscam grandes oportunidades. O prêmio pode chegar a R\$ 3 milhões no sorteio especial, e até R\$ 200 mil no sorteio mensal, com valor de pagamento a partir de R\$ 1 mil e vigência de 24 meses;
- **Caminhão Premiado CB:** em parceria com as Casas Bahia e a entidade beneficente GRAACC, foi lançado um produto de apenas R\$ 14,90, onde o cliente concorre a R\$ 80 mil em prêmios e ainda apoia uma causa social;
- **Max Prêmios Instantâneo 10:** o relançamento mantém os principais atributos que consolidaram o sucesso do produto anterior. Com pagamento único de R\$ 10,00, o produto proporciona uma experiência dinâmica com sorteios instantâneos e uma jornada gamificada, permitindo que o cliente descubra na hora se ganhou até R\$ 20 mil, além de 90 sorteios mensais de até R\$ 10 mil pela Loteria Federal;
- **Max Prêmios Instantâneo 15:** seguindo a mesma estratégia de sucesso do Max Prêmios Instantâneo 10, este produto foi lançado na plataforma do *e-commerce* pelo *site* da Bradesco Seguros para clientes não correntistas, com sorteios instantâneos de até R\$ 5 mil, além do sorteio especial no dia 21/03/2026 pela Loteria Federal, com 4.155 prêmios, totalizando mais de R\$ 2,6 milhões por apenas R\$ 15,00;
- **Max Prêmios 4000:** desenvolvido para o público de alta renda com um pagamento único de R\$ 4.000,00 e vigência de 24 meses, o produto oferece uma jornada de premiação altamente atrativa, com sorteios mensais de até R\$ 400 mil e sorteios especiais com prêmios de R\$ 6 milhões;
- **Agro Max Prêmios:** relançado com uma proposta ainda mais atrativa e alinhada às necessidades do público do agronegócio. Com valores de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil e vigência de 24 meses, o produto oferece uma jornada de premiação contínua e de alto valor agregado. São 20 sorteios mensais de até R\$ 600 mil;
- **Novo Max Prêmios da Casa:** é um produto exclusivo para funcionários, com pagamento único nas opções de R\$ 25,00 ou R\$ 50,00. Ele oferece mais de 6.000 prêmios instantâneos de até R\$ 100,00, além de prêmios mensais e um prêmio semestral com contemplação obrigatória de até R\$ 50 mil. Trata-se do primeiro produto com opção de assinatura, onde o valor escolhido será debitado mensalmente e o funcionário receberá uma nova "raspadinha" e novos números da sorte a cada mês para concorrer aos prêmios. Caso não haja interesse em continuar, a assinatura pode ser desativada diretamente pelo App Bradesco; e
- **Max Virada do Milhão:** produto sazonal com comercialização até 26/12/2025. Com o valor de R\$ 100,00 ou R\$ 200,00, o cliente concorre até R\$ 1 milhão em prêmios no sorteio de 27/12/2025, além dos sorteios mensais.

Em 2025, além do lançamento de novos produtos, foram realizadas seis campanhas promocionais alinhadas a datas comemorativas: Dia das Mães, Quinzena do Seguro, Aniversário Prime, Dia dos Pais, Mês do Cliente e Seguros Friday. Durante as ações, os clientes que adquiriram produtos nas datas promocionais tiveram acesso a uma página exclusiva de benefícios, com descontos e *cashbacks* em lojas parceiras.

**Desempenho das Operações de Capitalização**

A Bradesco Capitalização manteve sua liderança no setor, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em dezembro de 2025, e fortaleceu sua posição no mercado, com participação de 21,8% no faturamento. Esse desempenho reflete uma estratégia de diversificação de produtos e consolidação da presença digital, além do apoio contínuo da rede e dos Parceiros de Negócios.

A arrecadação no período atingiu R\$ 7.415 bilhões (R\$ 7.030 bilhões no exercício de 2024), representando um crescimento de 5,5%. As provisões técnicas atingiram R\$ 10,3 bilhões. Esse desempenho reflete a solidez da empresa e sua capacidade de adaptação às novas demandas do mercado. O avanço tecnológico tem sido um diferencial competitivo importante, permitindo maior capilaridade e conveniência para os clientes, além de contribuir para a digitalização do setor de capitalização como um todo.

Em 2025, foram pagos mais de R\$ 97,5 milhões em prêmios para 47.797 clientes em 2025. Além disso, houve um aumento significativo na quantidade de clientes sorteados, em comparação com o ano anterior, crescimento de 11%, evidenciando o fortalecimento da política de premiação da empresa.

Esse desempenho reforça o comprometimento da Bradesco Capitalização com seus clientes e a atratividade de seus produtos, que se destacam como instrumentos de planejamento financeiro e realização pessoal. Encerramos o ano de 2025 com uma base de 3,2 milhões de clientes e 55,8 milhões de títulos ativos.

**Resultado do Exercício**

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2025, Lucro Líquido de R\$ 785,227 milhões (R\$ 739,772 milhões no exercício de 2024), crescimento de 6,14%, representando uma rentabilidade de 99,66% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

**Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Capitalização, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

**Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias: valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, atendendo ao modelo de negócios em consonância com as normas contábeis vigentes, de modo que o objetivo seja atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros.

**Evento Societário**

Após obtenção de aprovação prévia junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), foi realizada a redução do capital social no valor de R\$ 150 milhões, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades.

**Investindo para o Futuro**

Com mais de quatro décadas de atuação, a Bradesco Capitalização reafirma seu compromisso com a oferta de produtos, que incentivam a educação financeira na prática, promovendo o hábito de guardar dinheiro e ao mesmo tempo, concorrer a muitos prêmios, atendendo às necessidades de diferentes perfis de clientes em todo o País.

Nosso crescimento sustentável é impulsionado por uma estratégia que combina inovação, proximidade com o cliente e excelência operacional. Investimos continuamente em pessoas, processos e tecnologia, promovendo a digitalização de jornadas, a integração sistêmica com o Banco Bradesco e a reestruturação de modelos operacionais, com foco em agilidade e eficiência.

Essas iniciativas consolidam a Bradesco Capitalização como a maior empresa do setor, preparada para os desafios do presente e comprometida com a construção de um futuro ainda mais próximo dos seus clientes.

**Controles Internos**

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias no ambiente de controle de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). O Grupo Bradesco Seguros observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021 e alterações subsequentes (467/2024 e 476/2024), assegurando a conformidade com a legislação vigente. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

**Compliance**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Neste sentido, a Área de *Compliance* atua na disseminação dos assuntos e acompanhamento das ações junto às áreas de negócio para assegurar a aderência.

Os princípios de conduta, pautados pelas diretrizes apresentadas no Código de Conduta Ética da Organização e em nosso Código Setorial, orientam a conduta pessoal e profissional de nossos administradores, funcionários, terceiros e fornecedores de bens e serviços nas relações com os clientes e demais partes relacionadas. Para o tratamento das violações ao Código, contamos com um canal de denúncia que recebe manifestações de desvios éticos, integridade, condutas anticompetitivas, assédio de qualquer natureza, entre outras. O canal conta com garantia de sigilo e anonimato, proteção ao denunciante de boa-fé. Também faz parte da atuação da Área de *Compliance*, o acompanhamento contínuo e ações periódicas para o acultramento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência nas relações e com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui governança estabelecida que possibilita que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

A Bradesco Capitalização S.A. contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria externa independente, de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

**Gestão de Riscos**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Unidade de Gestão de Riscos implantada, atuando de acordo com regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pela estrutura de governança corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos, na identificação e gestão dos riscos. Conta com fóruns com atribuições específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas avaliações de risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultramento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

A Bradesco Capitalização observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021 e alterações subsequentes, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

**Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento do Terrorismo e às Fraudes**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos, sistemas, controles consistentes e equipes qualificadas, atuando no devido monitoramento das operações e relacionamentos, apoiando os esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas. Mantém disponíveis canais de denúncia e caixas de *e-mails* corporativos aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Durante o exercício de 2025, foram realizadas 116.835 comunicações de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

**Privacidade e Segurança da Informação**

Com o avanço, a expansão e a velocidade das transformações digitais, que potencializam ameaças cibernéticas, adotamos uma abordagem estratégica para assegurar a proteção dos nossos ativos digitais e a resiliência das nossas operações que garantem a confiança de clientes, funcionários, investidores e Parceiros de Negócios. Fundamentados em normas, processos, procedimentos e controles internos, promovemos a gestão da privacidade, segurança da informação e da cibersegurança integrada às áreas de negócios, tecnologia, segurança e riscos, sempre supervisionada por instâncias estratégicas da governança corporativa da empresa. A principal finalidade é a prevenção de ameaças e vulnerabilidades, mitigação de riscos e a ação imediata de recuperação em caso de incidentes. As ações estão pautadas em *frameworks* internacionais e leis e regulamentos nacionais em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e diretrizes emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Nesse contexto, a Bradesco Capitalização aprimora continuamente seu modelo de governança por meio da adoção de medidas preventivas e corretivas, mantendo o compromisso organizacional com os princípios de disponibilidade, integridade do processamento, segurança, confidencialidade, autenticidade e privacidade. As iniciativas são conduzidas sob a orientação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou *Data Protection Officer* (DPO), garantindo a conformidade em todas as fases do ciclo de tratamento de dados. O foco está na melhoria contínua da qualidade, na transparência das práticas, na proteção de dados, no atendimento aos direitos dos titulares e no fortalecimento da cultura organizacional de segurança da informação.

Entre as práticas adotadas, destacamos o uso de padrões de segurança e boas práticas de mercado, a revisão periódica de normas internas e processos, a capacitação contínua de equipes por meio de treinamentos (presenciais e remotos) e campanhas de conscientização, voltadas, tanto para o ambiente interno, quanto para a melhoria da segurança nas relações com terceiros. Disponibilizamos também canais específicos e gratuitos para que os titulares exerçam seus direitos previstos na LGPD e implementamos prática de governança para o uso consciente de dados em soluções de inteligência artificial, reforçando nosso compromisso com a conformidade regulatória.

**Tecnologia da Informação**

Os esforços dos núcleos de Tecnologia da Informação da Bradesco Capitalização, alinhados ao direcionamento estratégico, no ano de 2025, concentraram-se em projetos para ampliar a participação da empresa em vendas, tanto por meio da rede de agências Bradesco, quanto no mercado aberto, ganhar mais eficiência operacional e melhorar a experiência do usuário em jornadas digitais, destacando-se:

- Projetos de lançamentos de novos produtos inovadores, com destaque para produtos de receita recorrente na rede de agências Bradesco, alterações de jornadas digitais e mudanças nas experiências dos usuários que resultaram um crescimento das vendas; e
- Os investimentos em tecnologia habilitaram produtos para Parceiros de Negócios de mercado, com destaque para novos balcões de negócio em bancos digitais, com produtos tradicionais, resultando em vendas significativas.

**Capital Humano**

O Capital Humano constitui um dos pilares estratégicos da Bradesco Capitalização, sendo fundamental para a sustentabilidade e a perenidade dos negócios. O modelo de Gestão de Capital Humano adotado é orientado pelos princípios de respeito, transparência, equidade de gênero e desenvolvimento contínuo dos colaboradores.

A Companhia investe de forma consistente em práticas de valorização das pessoas, incluindo oportunidades de crescimento profissional, programas de capacitação, reconhecimento, remuneração e benefícios, bem como ações voltadas à promoção da diversidade e do equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Alinhada às recentes alterações na legislação societária, a Bradesco Capitalização reforça seu compromisso com a transparência, a equidade de gênero e o fortalecimento da representatividade feminina em nossa estrutura organizacional, acompanhando a evolução dos indicadores de diversidade.

Apresentamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico e a proporção da remuneração entre gêneros da Companhia:

**Mulheres empregadas por níveis hierárquicos**

	2025		2024	
	Total	%	Total	%
Conselho de Administração e Diretoria	-	-	-	-
Superintendência	1	33,33%	1	33,33%
Gerência	8	66,67%	9	75,00%
Coordenação/Supervisão	6	85,71%	7	77,78%
Aprendiz	-	-	-	-
Estagiário	1	50,00%	2	50,00%
Demais Categorias	26	56,52%	28	63,64%

**Proporção da remuneração entre gêneros**

Nível Hierárquico	Total de Remuneração	
	2025	2024
Conselho de Administração e Diretoria	-	-
Superintendência	50,08%	57,89%
Gerência	111,42%	102,38%
Coordenação/Supervisão	97,64%	113,78%
Aprendiz	-	-
Estagiário	94,65%	92,39%
Demais Categorias	104,80%	107,40%

**Prêmios e Reconhecimentos**

No exercício de 2025, a Bradesco Capitalização recebeu relevantes reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacam-se:

- Prêmio Estadão Empresas Mais - Seguros Financeiros Capitalização;
- Prêmio Segurador Brasil - Maior Atuação Multilinha em Âmbito Nacional - Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta;
- Prêmio Segurador Brasil: Referência em Capitalização - Maior Crescimento/Liderança; e
- Anuário Valor 1000: 1ª colocação do *ranking* dos 15 maiores de Capitalização.

**Agradecimentos**

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

**Conselho de Administração e Diretoria**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)**

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>8.797.926</b>	<b>6.321.792</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>10.669.168</b>	<b>10.080.039</b>
Disponível		7.751	12.085	Contas a Pagar		398.375	370.500
Caixa e bancos		7.751	12.085	Obrigações a pagar	11	87.301	69.875
Aplicações	4	8.726.138	6.261.948	Impostos e encargos sociais a recolher		2.940	2.279
<b>Crédito das operações de capitalização</b>	<b>5</b>	<b>29.359</b>	<b>21.423</b>	Encargos trabalhistas		1.606	1.585
Crédito das operações de capitalização		29.359	21.423	Impostos e contribuições	12	306.528	296.761
Outros créditos operacionais		552	2.233	<b>Débitos de operações com capitalização</b>		<b>3.632</b>	<b>648</b>
Outros créditos operacionais		552	2.233	Débitos operacionais		3.632	648
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>33.196</b>	<b>23.418</b>	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>13</b>	<b>115</b>	<b>1.051</b>
Créditos tributários e previdenciários	6a	33.177	23.320	<b>Outros débitos</b>	<b>15b</b>	<b>49</b>	<b>252</b>
Outros créditos		19	98	Passivo de arrendamento		49	252
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>930</b>	<b>685</b>	<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>14</b>	<b>10.266.997</b>	<b>9.707.588</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.521.894</b>	<b>4.393.102</b>	Provisão para resgates		10.100.325	9.574.238
Realizável a longo prazo		2.365.812	4.280.054	Provisão para sorteios		60.743	56.877
Aplicações	4	2.202.032	4.023.815	Provisão de receitas diferidas		105.929	76.473
Títulos e créditos a receber		159.601	256.030	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.727</b>	<b>21.867</b>
Créditos tributários e previdenciários		130.369	220.198	Contas a Pagar		255	243
Depósitos judiciais e fiscais	7a	29.213	35.816	Outras contas a pagar		255	243
Outros créditos operacionais		19	16	<b>Outros débitos</b>		<b>23.472</b>	<b>21.624</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>6</b>	<b>-</b>	Provisões judiciais	15a	19.303	21.624
<b>Outros valores e bens</b>	<b>8</b>	<b>4.173</b>	<b>209</b>	Passivo de arrendamento	15b	4.169	-
<b>Imobilizado</b>	<b>9</b>	<b>199</b>	<b>178</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16</b>	<b>626.925</b>	<b>612.988</b>
Bens móveis		199	113	Capital social		562.276	712.276
Outras imobilizações		-	65	Reservas de lucros		209.806	170.545
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>155.883</b>	<b>112.870</b>	Ajustes de avaliação patrimonial		(145.157)	(269.833)
Outros intangíveis		155.883	112.870	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.319.820</b>	<b>10.714.894</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.319.820</b>	<b>10.714.894</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>	<b>20(a)</b>	<b>7.385.422</b>	<b>7.024.313</b>
Contribuição com títulos de capitalização		7.414.878	7.029.802
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio		6.413.361	6.147.431
Contribuição - quotas de carregamento		1.001.517	882.371
<b>Variação da provisão para receita diferida</b>		<b>(29.456)</b>	<b>(5.489)</b>
<b>Variação das provisões para resgate</b>	<b>20(b)</b>	<b>(6.353.545)</b>	<b>(6.077.980)</b>
<b>Variação das provisões de sorteios</b>	<b>20(c)</b>	<b>(101.849)</b>	<b>(102.409)</b>
<b>Custo de aquisição</b>	<b>20(d)</b>	<b>(52.886)</b>	<b>(30.981)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>20(e)</b>	<b>182.838</b>	<b>281.262</b>
Outras receitas operacionais		192.294	291.425
Outras despesas operacionais		(9.456)	(10.163)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>20(f)</b>	<b>(189.802)</b>	<b>(151.802)</b>
Pessoal próprio		(88.826)	(62.565)
Serviços de terceiros		(31.868)	(29.923)
Localização e funcionamento		(50.996)	(41.805)
Publicidade e propaganda		(8.237)	(8.737)
Publicações		(205)	(98)
Donativos e contribuições		(8.810)	(7.743)
Despesas administrativas diversas		(860)	(931)
<b>Despesas com tributos</b>	<b>20(g)</b>	<b>(54.782)</b>	<b>(56.047)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>20(h)</b>	<b>394.221</b>	<b>293.353</b>
Receitas financeiras		1.276.395	1.015.238
Despesas financeiras		(882.174)	(721.885)
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.209.617</b>	<b>1.179.709</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>		<b>26.711</b>	<b>(241)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.236.328</b>	<b>1.179.468</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>20(i)</b>	<b>(278.414)</b>	<b>(271.483)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>20(j)</b>	<b>(170.910)</b>	<b>(167.284)</b>
<b>Participações sobre o resultado</b>		<b>(1.777)</b>	<b>(929)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>785.227</b>	<b>739.772</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>450.659</b>	<b>450.659</b>
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>		<b>1.742,40</b>	<b>1.641,53</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>785.227</b>	<b>739.772</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>		
<b>Resultados não realizados de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>124.676</b>	<b>(133.325)</b>
Companhia	197.275	(222.208)
Efeito dos impostos	(72.599)	88.883
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>909.903</b>	<b>606.447</b>
<b>Atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>909.903</b>	<b>606.447</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	Aumento/redução de capital		Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Social	(em aprovação)	Legal	Reserva Estatutária			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>682.276</b>	-	<b>164.279</b>	<b>181.844</b>	-	-	<b>891.890</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
AGE de 28/03/2024	-	30.000	(30.000)	-	-	-	-
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 2112, 26/07/2024	30.000	(30.000)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(133.325)	-	(133.325)
Adoção inicial circular nº 678	-	-	-	-	-	(1.313)	(1.313)
Dividendos pagos (R\$ 399,42 por ação)	-	-	-	(180.000)	-	(603.135)	(603.135)
Dividendos pagos antecipadamente (R\$ 1.338,34 por ação)	-	-	-	-	-	(50.901)	(50.901)
Dividendos propostos (R\$ 112,95 por ação)	-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 110,95 por ação)	-	-	-	-	-	739.772	739.772
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(34.423)	-
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	8.177	26.246	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>712.276</b>	-	<b>142.455</b>	<b>28.090</b>	<b>(269.833)</b>	-	<b>612.988</b>
AGE de 31/01/2025	-	(150.000)	-	-	-	-	(150.000)
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 2.562, 09/06/2025	(150.000)	150.000	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	124.676	-	124.676
Dividendos pagos antecipadamente (R\$ 1.406,47 por ação)	-	-	-	-	-	(633.837)	(633.837)
Dividendos propostos (R\$ 115,67 por ação)	-	-	-	-	-	(52.129)	(52.129)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 133,14 por ação)	-	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	785.227	785.227
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	-	39.261	-	(39.261)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>562.276</b>	-	<b>142.455</b>	<b>67.351</b>	<b>(145.157)</b>	-	<b>626.925</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Paulista, 1.450, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-917.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2026.

**2. Principais políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

**a. Base de preparação**

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

**b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações e 15 - Provisões judiciais; incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

**d. Segregação entre circulante e não circulante**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais.

**e. Aplicações e instrumentos financeiros**

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros em três categorias: (a) mensurados ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

**(i) Modelo de negócio**

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração, para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii), deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao Valor justo por meio do resultado - VJR.

**(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI**

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros, para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

**(iii) Disponível (Caixa e equivalentes de Caixa)**

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**(iv) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros, que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

**(v) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

**a. Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. O recebível da Companhia compreende os valores registrados na rubrica "Crédito das operações de capitalização", que é contabilizado pelo custo amortizado, decrescido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>1.236.328</b>	<b>1.179.468</b>
<b>Ajustes para:</b>		
- Depreciações e amortizações	10.606	8.303
- Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(496)	148
- Despesas antecipadas	(251)	(590)
- Variação das provisões técnicas	(191.855)	(290.671)
- Provisão para riscos sobre créditos	-	(12)
- Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado e intangível	1.922	-
- Variações monetárias	830.286	647.898
<b>Lucro ajustado do exercício</b>	<b>1.886.373</b>	<b>1.544.544</b>

**Variáveis nas contas patrimoniais aumento/(redução):**

- Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(2.377.006)	(757.146)
- Créditos das operações de capitalização	(7.936)	(1.451)
- Outros créditos operacionais	1.681	(2.090)
- Títulos e créditos a receber	19.619	41.623
- Contas a pagar	3.203	225
- Débitos das operações de capitalização	2.984	(25)
- Depósitos de terceiros	(936)	952
- Provisões técnicas - capitalização	(81.176)	144.175
- Outros débitos	(5.578)	(8.585)

**Caixa consumido pelas operações:**

Imposto de renda sobre o lucro pago	(269.065)	(279.916)
Contribuição social sobre o lucro pago	(167.579)	(171.142)
<b>Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(433,34)</b>	<b>(12,321)</b>

**Atividades de Investimento**

- Aquisição de títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(219.825)	(276.091)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.151.699	634.327
- Aquisição de imobilizado	(141)	-
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(54.524)	(36.966)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>1.872.845</b>	<b>321.270</b>

**Atividades de Financiamento**

- Dividendos e juros sobre capital próprio pago	(735.739)	(844.174)
- Redução de capital	(150.000)	-
- Pagamento de arrendamento	(562)	(581)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(886,301)</b>	<b>(844,755)</b>

**Redução líquida de caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	12.085	24.406
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	7.751	12.085
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(4.334)</b>	<b>(12,321)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**(vi) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

**(vii) Determinação do valor justo**

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

**Quotas em fundos de investimentos**

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**Operações compromissadas**

Para a marcação a mercado das operações compromissadas prefixadas com lastro em títulos públicos e prazo superior a um dia útil utiliza-se ETTJ, na qual é adotada a taxa SELIC divulgada diariamente até a data da próxima reunião do Copom e para os prazos posteriores à reunião são adotadas as taxas Swap DI vs Pré, divulgadas pela B3.

**Títulos Públicos**

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**Títulos privados - Certificado de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras**

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Banco Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

**Fundos Imobiliários**

Os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa Balcão (B3).

**Debêntures**

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP). O risco de crédito do emissor é considerado no cálculo da precificação do ativo.

**(viii) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**

A Companhia avalia, através de estudo, perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada. Avaliamos o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Grupo espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.



A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

**h. Intangível**

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A taxa de amortização é de 10% a 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

**i. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros**

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

**j. Provisões técnicas**

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das cotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título;

A Provisão para Resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular;

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cada título ativo e deverá ser calculada para os sorteios custeados e não ocorridos, de acordo com os parâmetros do plano. A metodologia de cálculo consiste na apuração do valor presente esperado dos sorteios futuros descontado o valor presente esperado das parcelas futuras de cota de sorteio;

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação;

A Provisão Complementar de Sorteios (PCS) é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar.

A Provisão de Receita Diferida (PRD) é constituída para cada título ativo sendo calculada através dos percentuais das cotas de carregamento e aplicada sobre as arrecadações recebidas, ao longo do prazo a decorrer durante o prazo previsto nas condições gerais dos planos.

**k. Taxa de carregamento dos principais produtos**

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento	
			2025
15414.607222/2025-20	PU	15,35%	
15414.609022/2025-10	PU	14,40%	
15414.602037/2025-49	PU	13,98%	
15414.604332/2025-30	PU	9,54%	
15414.900860/2019-79	PU	8,46%	
15414.901735/2018-03	PM	22,30%	
15414.901354/2019-05	PM	12,81%	
15414.607678/2021-66	PM	10,82%	
15414.651888/2021-91	PM	10,47%	
15414.901353/2019-52	PM	9,36%	

(\*) Refere-se à periodicidade de pagamentos sendo PU – Pagamento Único e PM – Pagamento mensal.

**l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

**(i) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos e serão registrados contabilmente quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

**(ii) Passivos contingentes**

São constituídos contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

**(iii) Obrigações legais**

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, a Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**m. Benefícios a empregados**

**(i) Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**(ii) Obrigações por aposentadorias**

**Plano de contribuição definida**  
A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e o Banco Bradesco S.A. é responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.  
O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano.  
Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

**(iii) Outras obrigações pós-emprego**

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30, 60 ou 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

**(iv) Outros benefícios de curto prazo**

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A partir de 1º de abril de 2026, conforme LC 224/25 haverá aumento da alíquota de 15% para 17,5% permanecendo até 31/12/2027, e para 20%, a partir de 01/01/2028.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

**o. Resultado**

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de acordo com as condições gerais do plano.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de 5 anos para títulos e sorteios não resgatados.

As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos na venda de títulos previamente reconhecidos em valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

**p. Normas, alterações e interpretações de normas**

**I. Normas aplicáveis em períodos futuros**

Novas normas, ou alterações de normas e interpretações que são aplicáveis ao mercado de Seguros mas não efetivas, pois não entram em vigor, ou não foram referendadas pela SUSEP, como segue:

**Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS 1 e 2) - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23**

As NBC's facultam a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluiu sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

**CPC 51 - IFRS18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluiu sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

**Reforma Tributária – Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026**

A Lei Complementar nº 214/2025, promulgada em janeiro de 2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Comitê Gestor do IBS. A norma estabeleceu que, a partir de janeiro de 2026, os contribuintes passam a cumprir obrigações acessórias específicas, ainda que o recolhimento do IBS e da CBS permaneça dispensado durante o ano.

O cronograma de transição determina que, em 2027, serão extintos o PIS, Cofins, IPI e IOF-Seguros, com início da vigência plena da CBS. O IBS terá implementação gradual entre 2029 e 2032, substituindo progressivamente o ICMS e o ISS, alcançando vigência integral em 2033.

A Lei Complementar nº 227/2026, publicada em janeiro de 2026, instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), regulamento o processo administrativo tributário do IBS e estabeleceu normas gerais relativas ao ITCMD.

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da reforma tributária, avaliando potenciais impactos operacionais, fiscais e contábeis. Contudo, a análise definitiva dos efeitos depende da edição dos regulamentos infralegais pendentes de publicação, que detalharão as regras de implementação.

Lei Complementar nº 224/2025

A Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, alterou o art. 3º da Lei nº 7.689/1988 (Lei da CSLL), redefinindo as alíquotas por segmento e estabelecendo aumento progressivo para as pessoas jurídicas de capitalização. Nos termos da LC nº 224/2025, as empresas de capitalização (equiparadas, para fins de CSLL, às pessoas jurídicas referidas no inciso IV do §1º do art. 1º da LC nº 105/2001) passam a observar as seguintes alíquotas progressivas de 17,5% até 31/12/2027 e de 20% a partir de 01/01/2028.

**3. Gerenciamento de riscos**

**a. Introdução**

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, e alterações subsequentes, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

**Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades.

**b. Risco de subscrição**

O risco de subscrição advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

**Principal risco associado aos Títulos de Capitalização**

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica.

O risco associado ao título de capitalização é representado pelo risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas.

**Gerenciamento dos riscos dos Títulos de Capitalização**

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolve mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. Em linhas gerais, o risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas e o risco de persistência, por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

**c. Risco de crédito**

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

**Gerenciamento do Risco de Crédito**

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

	2025	
	AAA(*)	Sem rating
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>6.409.955</b>	<b>15.621</b>
Título de renda fixa público	5.986.654	-
Título de renda fixa privado	423.301	15.621
<b>Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>4.501.220</b>	<b>1.374</b>
Título de renda fixa público	4.501.220	-
Título de renda fixa privado	-	1.374
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	<b>10.911.175</b>	<b>16.995</b>

	2024				
	AAA(*)	AA	BBB	BB	Sem rating
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>3.944.660</b>	<b>18.706</b>	<b>253</b>	<b>84.951</b>	<b>-</b>
Título de renda fixa público	3.749.598	-	-	-	-
Título de renda fixa privado	195.062	18.706	253	84.951	-
<b>Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>6.235.741</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.452</b>
Título de renda fixa público	6.235.741	-	-	-	-
Título de renda fixa privado	-	-	-	-	1.452
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	<b>10.180.401</b>	<b>18.706</b>	<b>253</b>	<b>84.951</b>	<b>1.452</b>

(\*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e, mensalmente, o Comitê de ALM, Liquidez e Investimentos e Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**d. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade de inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento destes riscos são importantes, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

**Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa dos ativos integrantes da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) e os fluxos projetados das obrigações dos títulos de capitalização, estimados com base em metodologias atuariais que consideram resgates, persistência, sorteios e o término de vigência dos títulos.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	23.845	25.940
Fluxo de 0 a 3 meses	6.587.948	2.402.891
Fluxo de 3 a 12 meses	2.445.681	4.660.082
Fluxo de 12 a 60 meses	2.205.169	4.209.770
Fluxo acima de 60 meses	522.295	50
	<b>11.784.938</b>	<b>11.298.733</b>

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações e crédito das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

**Gerenciamento do Risco de Liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**e. Risco de mercado**

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

**Gerenciamento do risco de mercado**

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e reavaliado no mínimo, anualmente, ou conforme necessidade, pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

**Definição de Limites**

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco monitorado é o risco de taxa de juros.

**Modelos de Mensuração do Risco de Mercado**

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área de Riscos Financeiros do GBS. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impacto sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

**Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)**

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.



**Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado**

Fatores de Risco	31/12/2025
Índice Brasil Bolsa Balcão (B3) em pontos	161.125
Taxa de câmbio R\$/US\$	R\$ 5,50
Taxa Prefixada de 1 ano	13,72%
Cupom de IPCA de 1 ano	9,00%
Cupom de IGP-M de 1 ano	8,01%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, de choques de (+)1 ponto base nas curvas de juros e (-)1% de variação nos preços de fechamento das posições correntes da empresa seriam:

	Exercício	Taxa de juros	Índice de preços	Total sem correlação	Total com correlação
Impacto PL	dez/2025	(174)	(489)	(663)	(390)
Impacto Resultado	dez/2025	1.403	(55)	1.348	(1.061)

**Risco operacional**

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

**Gerenciamento do risco operacional**

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e;
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

**Procedimentos de Controle e Monitoramento contínuo**

- Identificar, junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e;
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

**g. Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

**4. Aplicações**

**a. Resumo da classificação das aplicações**

	2025	%	2024	%
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>6.425.576</b>	<b>59,43</b>	<b>4.048.570</b>	<b>39,36</b>
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	6.425.576	59,43	4.048.570	39,36
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>4.502.594</b>	<b>40,57</b>	<b>6.237.193</b>	<b>60,64</b>
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	4.231.504	38,20	5.003.270	48,64
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	269.716	2,35	1.232.471	11,98
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários	1.374	0,02	1.452	0,02
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>10.928.170</b>	<b>100,00</b>	<b>10.285.763</b>	<b>100,00</b>

**b. Composição das aplicações por prazo e por título**

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2025					
	1 a 30 dias ou sem vencimento		Valor		Ajuste a	
	definido	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	contábil/Valor justo	Valor atualizado	valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>373.479</b>	<b>39.678</b>	<b>6.012.419</b>	<b>6.425.576</b>	<b>6.435.474</b>	<b>(9.898)</b>
Letras financeiras do tesouro	-	22.717	5.913.811	5.936.528	5.935.886	642
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*)	357.858	-	-	357.858	357.858	-
Debêntures	-	-	61.107	61.107	69.001	(7.894)
Notas do tesouro nacional	-	16.961	33.165	50.126	51.952	(1.826)
Quotas de fundos de investimento	15.621	-	-	15.621	15.621	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	4.336	4.336	5.156	(820)
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>1.374</b>	<b>2.299.188</b>	<b>2.202.032</b>	<b>4.502.594</b>	<b>4.755.042</b>	<b>(252.448)</b>
Notas do tesouro nacional	-	2.270.020	1.961.484	4.231.504	4.490.528	(259.024)
Letras do tesouro nacional	-	29.168	240.548	269.716	268.531	1.185
Quotas de fundos de investimento	1.374	-	-	1.374	(4.017)	5.391
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>374.853</b>	<b>2.338.866</b>	<b>8.214.451</b>	<b>10.928.170</b>	<b>11.190.516</b>	<b>(262.346)</b>

	2024					
	1 a 30 dias ou sem vencimento		Valor		Ajuste a valor	
	definido	180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	contábil/Valor justo	Valor atualizado
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>231.143</b>	<b>77.311</b>	<b>1.683.032</b>	<b>2.057.084</b>	<b>4.048.570</b>	<b>4.060.241</b>
Letras financeiras do tesouro	-	76.632	1.676.098	1.949.371	3.702.101	3.700.871
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*)	168.221	-	-	-	168.221	168.221
Debêntures	-	-	253	56.474	56.727	66.329
Letras financeiras de emissores privados	47.958	679	6.681	-	55.318	55.250
Notas do tesouro nacional	-	-	-	47.497	47.497	49.669
Quotas de fundos de investimento	14.964	-	-	-	14.964	14.964
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	3.742	3.742	4.937
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>2.213.378</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.023.815</b>	<b>6.237.193</b>	<b>6.686.916</b>
Notas do tesouro nacional	1.004.457	-	-	3.998.813	5.003.270	5.456.071
Letras do tesouro nacional	1.207.469	-	-	25.002	1.232.471	1.234.003
Fundos de investimentos imobiliários	1.452	-	-	-	1.452	(3.158)
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>2.444.521</b>	<b>77.311</b>	<b>1.683.032</b>	<b>6.080.899</b>	<b>10.285.763</b>	<b>10.747.157</b>

(\*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

**c. Cobertura das provisões técnicas**

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2025	2024
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>10.266.997</b>	<b>9.707.588</b>
<b>Total a ser coberto (A)</b>	<b>10.266.997</b>	<b>9.707.588</b>
Quotas de fundos de investimentos	5.869.752	3.546.367
Títulos públicos	4.501.219	6.235.741
<b>Total dado em cobertura (B)</b>	<b>10.370.971</b>	<b>9.782.108</b>
<b>Suficiência (B) - (A)</b>	<b>103.974</b>	<b>74.520</b>

**d. Hierarquia do valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>6.002.275</b>	<b>423.301</b>	<b>6.425.576</b>	<b>3.764.562</b>	<b>284.008</b>	<b>4.048.570</b>
Letras financeiras do tesouro	5.936.528	-	5.936.528	3.702.101	-	3.702.101
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*)	-	357.858	357.858	-	168.221	168.221
Debêntures	-	61.107	61.107	-	56.727	56.727
Notas do Tesouro Nacional	50.126	-	50.126	47.497	-	47.497
Quotas de Fundos de Investimento	15.621	-	15.621	14.964	-	14.964
Certificados de recebíveis imobiliários	-	4.336	4.336	-	3.742	3.742
Letras financeiras de emissores privados	-	-	-	-	55.318	55.318
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>4.502.594</b>	<b>-</b>	<b>4.502.594</b>	<b>6.237.193</b>	<b>-</b>	<b>6.237.193</b>
Notas do tesouro nacional	4.231.504	-	4.231.504	5.003.270	-	5.003.270
Letras do tesouro nacional	269.716	-	269.716	1.232.471	-	1.232.471
Quotas de fundos de investimentos	1.374	-	1.374	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário	-	-	-	1.452	-	1.452
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>10.504.869</b>	<b>423.301</b>	<b>10.928.170</b>	<b>10.001.755</b>	<b>284.008</b>	<b>10.285.763</b>

(\*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

**e. Movimentação das aplicações financeiras**

	2025			
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>4.048.570</b>	<b>6.237.193</b>	<b>10.285.763</b>	
(+) Aplicações	3.892.066	219.825	4.111.891	
(-) Resgates	(2.377.322)	(2.520.451)	(4.897.773)	
(+) Rendimentos	862.262	368.752	1.231.014	
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	197.275	197.275	
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>6.425.576</b>	<b>4.502.594</b>	<b>10.928.170</b>	

	2024		
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>3.291.424</b>	<b>6.817.637</b>	<b>10.109.061</b>
(+) Aplicações	2.329.737	276.091	2.605.828
(-) Resgates	(1.990.753)	(1.167.389)	(3.158.142)
(+) Rendimentos	418.162	533.062	951.224
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(222.208)	(222.208)
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>4.048.570</b>	<b>6.237.193</b>	<b>10.285.763</b>

**f. Desempenho**

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "valor justo por meio de outros resultados abrangentes", atingiu 82,19% (85,64% em 31 de dezembro de 2024) no acumulado do período, em relação ao referido benchmark, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 4,22% (4,21% em 31 de dezembro de 2024), PRÉ (títulos prefixados) 8,09% (7,87% em 31 de dezembro de 2024) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados) em 2025 e 2024.

**5. Crédito das operações de capitalização**

	2025	2024
Títulos de capitalização - pagamento mensal	18.011	16.910
Títulos de capitalização - pagamento único	11.348	4.513
<b>Total</b>	<b>29.359</b>	<b>21.423</b>

**6. Ativos e passivos fiscais**

**a. Créditos tributários e previdenciários**

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos a compensar	33.177	-	33.177	23.320	-	23.320
Créditos tributários diferidos (c-i)	-	137.865	137.865	-	227.751	227.751
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)	-	(7.496)	(7.496)	-	(7.553)	(7.553)
<b>Total</b>	<b>33.177</b>	<b>130.369</b>	<b>163.546</b>	<b>23.320</b>	<b>220.198</b>	<b>243.518</b>

**b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido**

**(i) Créditos tributários diferidos**

	Saldo em 01/01/2025	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2025
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>				
Provisões para contingências fiscais	31.834	1.331	(22.498)	10.667
Provisões para contingências cíveis	257	133	(308)	82
Provisões para contingências trabalhistas	1.216	111	(1.171)	156
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	12.591	-	-	12.591
Outros	1.965	5.346	(232)	7.079
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>47.863</b>	<b>6.921</b>	<b>(24.209)</b>	<b>30.575</b>
Ajuste a valor justo - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	179.888	17.643	(90.241)	107.290
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>227.751</b>	<b>24.564</b>	<b>(114.450)</b>	<b>137.865</b>

	Saldo em 01/01/2024	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2024
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>				
Provisões para contingências fiscais	34.023	761	(2.950)	31.834
Provisões para contingências cíveis	210	189	(142)	257
Provisões para contingências trabalhistas	1.029	187	-	1.216
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	12.591	-	-	12.591
Outros	2.404	63	(502)	1.965
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>50.257</b>	<b>1.200</b>	<b>(3.594)</b>	<b>47.863</b>
Ajuste a valor justo - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	91.005	117.002	(28.119)	179.888
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>141.262</b>	<b>118.202</b>	<b>(31.713)</b>	<b>227.751</b>

**(ii) Obrigações fiscais diferidas**

	Saldo em 01/01/2025	Consti-tuição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	7.553	604	(661)	7.496
<b>Total</b>	<b>7.553</b>	<b>604</b>	<b>(661)</b>	<b>7.496</b>

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2026	5.235	3.129	8.364
2027	444		



**b. Movimentação das provisões técnicas**

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	9.707.588	9.200.285
(+) Constituições Provisões	6.484.849	6.185.859
(-) Resgates/sorteios pagos	(6.566.018)	(6.041.684)
(-) Baixa de títulos prescritos	(124.613)	(237.296)
(-) Penalidade sobre resgate antecipado	(67.241)	(53.375)
(+) Atualização monetária e juros	832.432	651.612
Adoção inicial Circular 678 (PL)	-	2.187
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>10.266.997</b>	<b>9.707.588</b>

**15. Outros Débitos**

**a. Provisões judiciais**

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

**(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais discussões referem-se à:

- Dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R\$11.613 (R\$11.175 em 31 de dezembro de 2024), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.
- Questiona-se a Lei nº 8.200 (Imposto de Renda) com discussão da limitação de correção monetária de balanço trazida pela Lei nº 8.200. Valor provisionado no montante de R\$6.991 (R\$6.623 em 31 de dezembro de 2024) e depósito judicial no valor de R\$6.991 (R\$6.623 em 31 de dezembro de 2024), classificado como perda provável.

**(ii) Processos trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro de 2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

**(iii) Passivos contingentes**

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$4.076 (R\$8.514 em 31 de dezembro de 2024), para os processos cíveis e R\$235.413 (R\$235.483 em 31 de dezembro de 2024), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS da Kirton Capitalização, incorporada em maio de 2018, no montante de R\$228.856 (R\$228.132 em 31 de dezembro de 2024). Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e têm curso na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

**(iv) Processos cíveis**

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devoluções, alcance de coberturas dos títulos e valores de sorteios/indenizações. As provisões de contingências cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas da taxa legal de juros.

**(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	17.856	3.041	640	87	21.624
Constituições líquidas de reversões e atualizações monetárias	1.364	255	319	(9)	1.929
Pagamentos	(551)	(2.928)	(771)	-	(4.250)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>18.669</b>	<b>368</b>	<b>188</b>	<b>78</b>	<b>19.303</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2024	25.109	2.573	524	78	28.284
Constituições líquidas de reversões e atualizações monetárias	1.241	468	470	9	2.188
Pagamentos	(8.494)	-	(354)	-	(8.848)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>17.856</b>	<b>3.041</b>	<b>640</b>	<b>87</b>	<b>21.624</b>

**b. Passivos de arrendamento - Imóveis**

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	252	807
Remensuração e novos contratos	4.361	(25)
Pagamentos	(562)	(581)
Apropriação de encargos financeiros	167	51
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>4.218</b>	<b>252</b>

**(i) Aging dos Passivos de arrendamento**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imóveis	Total	Imóveis	Total
Até um ano	49	49	252	252
Entre um e cinco anos	281	281	-	-
Acima de cinco anos	3.888	3.888	-	-
<b>Total</b>	<b>4.218</b>	<b>4.218</b>	<b>252</b>	<b>252</b>

**16. Patrimônio líquido**

**a. Capital social e dividendos**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 2025 e 2024 são representados por 450.659 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	785.227	739.772
Constituição da reserva legal	-	(8.177)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>785.227</b>	<b>731.595</b>
Dividendos pagos e propostos no exercício	685.966	654.036
Juros sobre capital próprio pagos líquido dos impostos retidos	60.000	42.500
<b>Total dos dividendos e juros sobre capital próprio</b>	<b>745.966</b>	<b>696.536</b>
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>95,00%</b>	<b>95,21%</b>

**b. Atos Societários**

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizadas em 31 de janeiro de 2025, foi deliberada a redução de capital no montante de R\$150.000, sem o cancelamento de ações.

Este ato societário foi aprovado pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2562, de 09 de junho de 2025.

Durante o exercício de 2025, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, a destinação de dividendos extraordinários, no montante R\$685.966 e o pagamento de Juros sobre capital próprio no montante de R\$60.000, por conta do resultado do exercício em curso.

**c. Reserva legal**

Constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

**d. Reserva estatutária**

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após constituição de reserva legal e outras deduções legais, é efetuada ao final de cada exercício social, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Capital Social integralizado, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

**17. Gestão de capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

**a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital**

A Resolução CNSP nº 448/22, estabelece que as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O PLA é avaliado numa visão econômica, e deve ser calculado com base no patrimônio líquido contábil ou no patrimônio social contábil, considerando os ajustes contábeis e ajustes associados à variação dos valores econômicos. O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR). O CR é apurado com base na soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Patrimônio líquido contábil	626.925	626.925
<b>Ajustes contábeis:</b>	<b>(265.477)</b>	<b>(265.477)</b>
(-) Despesas antecipadas	(936)	(936)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15 % do CMR	(108.658)	(108.658)
(-) Ativos intangíveis	(155.883)	(155.883)
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos:</b>	<b>43.688</b>	<b>43.688</b>
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	3.597	3.597
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	40.091	40.091
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>405.136</b>	<b>405.136</b>
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível 1 com limitador	339.738	339.738
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível 2 com limitador	43.687	43.687
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível 3 com limitador	21.711	21.711
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível 1	339.738	339.738
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível 2	43.687	43.687
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível 3	21.711	21.711
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)</b>	<b>144.738</b>	<b>144.738</b>
<b>Capital base (I)</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
<b>Capital de risco (II) (*)</b>	<b>144.738</b>	<b>144.738</b>
Capital adicional de risco de subscrição	53.832	53.832
Capital adicional de risco de crédito	19.335	19.335
Capital adicional de risco de mercado	73.457	73.457
Capital adicional de risco operacional	33.401	33.401
Efeito da correlação (benefício)	(35.287)	(35.287)
<b>Suficiência de capital (PLA – CMR)</b>	<b>260.398</b>	<b>260.398</b>

(\*) O cálculo do capital de risco corresponde a soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, seguindo as definições da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores.

**18. Benefícios a empregados**

**Planos de Previdência Complementar**

A contribuição para os planos durante o período montou a R\$615 (R\$6.041 em 31 de dezembro de 2024), além desse benefício

a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

**19. Transações e saldos com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com o CPC05, o Grupo também dispõe de política de transações com partes relacionadas.

	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	365.610	180.307	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (ii) e (vi)	-	-	61.124	59.484
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (iv)	4.173	-	4.217	-
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii)	-	-	330	330
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	5	6
Hemolab Laboratório de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (v)...	-	-	22	-
Laboratório de Patologia Clínica Dr. Paulo C. de Azevedo Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>369.783</b>	<b>180.307</b>	<b>65.699</b>	<b>59.820</b>
	<b>Receita</b>		<b>Despesa</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (ii) e (vi)	-	-	(166.480)	(140.436)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	(567)	(581)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	-	-	(60)	(59)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii)	-	-	(3.960)	(3.960)
Alelo S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(2.270)	(1.361)
Nível S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(2.535)	(4.907)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	(70)	(68)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(175.942)</b>	<b>(151.372)</b>

- i) Refere-se saldo em conta corrente, despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
- ii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- iii) Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.
- iv) Refere-se a contratos de aluguel.
- v) Refere-se à assistência médica, alimentação, título de capitalização e programa de pontos.
- vi) Dividendos/Juros sobre capital próprio.

**i. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Foi determinado o valor máximo de R\$21.992 em 2025 (R\$10.400 em 2024), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores. No exercício a remuneração dos Administradores monta R\$21.983 (R\$10.400 em 2024).

**ii. Outros**

A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal chave da administração.

**20. Detalhamento das contas de resultado**

**a. Receitas líquidas com Títulos de Capitalização**

	2025	2024
<b>Contribuição - quotas de capitalização e sorteio</b>	<b>6.413.361</b>	<b>6.147.431</b>
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	6.510.656	6.235.649
Devolução e cancelamento	(97.295)	(88.217)
<b>Contribuição - quotas de carregamento</b>	<b>1.001.517</b>	<b>882.371</b>
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	1.017.199	893.981
Devolução e cancelamento	(15.682)	(11.610)
<b>Variação da provisão - receita diferida</b>	<b>(29.456)</b>	<b>(5.489)</b>
Constituição da provisão de receita diferida	(997.290)	(892.141)
Reversão da provisão de receita diferida	967.834	886.652
<b>Total</b>	<b>7.385.422</b>	<b>7.024.313</b>

**b. Variação das provisões de resgate**

	2025	2024
Constituição provisão de resgate	(6.398.029)	(6.131.297)
Despesa de resgate	(52.392)	(34.432)
Reversão provisão de resgate	96.876	87.749
<b>Total</b>	<b>(6.353.545)</b>	<b>(6.077.980)</b>

**c. Variação das provisões de sorteios**

	2025	2024
Variação da provisão de sorteio	(5.715)	(257)
Despesa com títulos sorteados	(96.134)	(102.152)
<b>Total</b>	<b>(101.849)</b>	<b>(102.409)</b>

**d. Custo de aquisição**

	2025	2024
Despesas de custeamento de venda	(48.320)	(30.981)
Despesas de corretagem	(4.566)	-
<b>Total</b>	<b>(52.886)</b>	<b>(30.981)</b>

**e. Outras receitas e despesas operacionais**

	2025	2024
Receita com baixa de títulos prescritos	124.613	237.296
Receita com resgate antecipado	67.241	53.375
Reversão/(constituição) de provisão para contingências cíveis	407	(118)
Outras receitas e despesas operacionais	(9.423)	(9.291)
<b>Total</b>	<b>182.838</b>	<b>281.262</b>

**f. Despesas administrativas**

	2025	2024
Despesas com pessoal próprio	(88.826)	(62.565)
Ordenados	(39.392)	(31.109)
Honorários da administração	(21.452)	(5.628)
INSS/FGTS	(18.835)	(12.088)
Planos de previdência privada (nota 18)	(615)	(6.041)
Outras	(8.532)	(7.699)
Despesas com localização e funcionamento	(50.996)	(41.805)
Despesas com serviços de terceiros	(31.868)	(29.923)
Despesas com donativos e contribuições	(8.810)	(7.743)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(8.237)	(8.737)
Despesas administrativas diversas	(860)	(931)
Publicações	(205)	(98)
<b>Total</b>	<b>(189.802)</b>	<b>(151.802)</b>

**g. Despesas com tributos**

	2025	2024
Despesas com COFINS	(44.883)	(45.301)
Despesas com PIS	(7.294)	(7.361)
Despesas com taxa de fiscalização	(2.599)	(2.599)
Impostos federais/estaduais/municipais	(6)	(786)
<b>Total</b>	<b>(54.782)</b>	<b>(56.047)</b>

**h. Resultado financeiro**

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa	1.270.827	1.009.545
Atualização monetária de créditos tributários	3.981	2.783
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	1.587	2.907
Outras receitas financeiras	-	3
<b>Subtotal</b>	<b>1.276.395</b>	<b>1.015.238</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização monetária das provisões técnicas	(832.432)	(



DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
José Pires	Diretor-Presidente	Luiz Carlos Trabuco Cappi	Presidente
Alexandre Nogueira da Silva	Diretor	Samuel Monteiro dos Santos Junior	Vice-Presidente
Antonio Alexandre Arias	Diretor	Ivan Luiz Gontijo Junior	Membro
Estevão Augusto Oller Scripilliti	Diretor	Octavio de Lazari Junior	Membro
Valdirene Soares Secato	Diretora	Alexandre da Silva Glüher	Membro
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor	Maurício Machado de Minas	Membro
		Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Membro
		Rogério Pedro Câmara	Membro
		Jorge Pohlmann Nasser	Membro
			<b>Alessandro Malavazi Fernandes</b> Atuário - MIBA nº 2217
			<b>Alberto Barcellos Miranda</b> Contador CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Ilmos. Srs.  
Membros do Conselho de Administração da Bradesco Capitalização  
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e do seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e, em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradesco Capitalização e em atendimento a Resolução SUSEP 432 - Artigos 126 a 134, a manifestar-se sobre (I) atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; (II) avaliação da efetividade dos controles internos da supervisionada, com evidencição das deficiências detectadas; (III) descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; (IV) avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à supervisão, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidencição das deficiências detectadas; e (V) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, com evidencição das deficiências detectadas.

**Atividades do Comitê**

O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, como nas avaliações das informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e, nas suas próprias análises decorrentes de observação direta para a empresa em questão.

No decorrer do ano de 2025, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento, que incluiu 50 reuniões, com: Conselho de Administração, Alta Administração, principais gestores, Auditoria Interna e Auditoria Externa para: (i) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos efetuados pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de aderência e conformidade dos processos; (ii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; (iii) avaliação das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras na sua qualidade e integridade. Outras quatro reuniões ocorreram com o Comitê de Auditoria do Conglomerado Bradesco.

O Comitê manteve reuniões regulares com os membros da Diretoria Executiva da empresa tendo tido a oportunidade de recomendar aprimoramentos no processo de avaliação do Grupo de Trabalho para Combate e Prevenção a Fraudes e foi sugerida a criação de indicadores e processos visando manter o Conselho de Administração informado das ações realizadas, mitigando assim o risco de fraude e abusos na utilização do sistema de sinistros. Outros membros da diretoria do Grupo Segurador foram envolvidos, principalmente Tecnologia, nesse processo, tendo tido o Comitê a oportunidade de conhecer os principais fluxos operacionais, revisões de compliance e procedimentos de gestão de riscos.

Nesse sentido, em quatro reuniões, no ano, com o Conselho de Administração o COAUD apresentou a Avaliação dos Controles Internos, tendo sido efetuadas recomendações, as quais foram acolhidas pelas diretorias das empresas.

Nessas reuniões, além de ser registrado as considerações relativas à área de Controle Interno, conforme regras estabelecidas, fizemos recomendações no âmbito operacional para as empresas do Grupo, destacando: (a) à Auditoria Externa que continuassem a desafiar os modelos e premissas para constituição das provisões técnicas; (b) à área de Gestão de Riscos, o acompanhamento das questões de Risco Cibernético, com a mensuração do nível desse risco, com a estruturação de uma área específica para tratamento deste item e criação de indicadores de riscos para esse assunto e, a finalização para utilização do *rating* do Cliente do

Banco para melhorar a régua de análise na questão do PLDF.

Recomendamos, ainda, o acompanhamento, por parte da Auditoria Externa dos quesitos contábeis, onde foram apresentados os planos de ações e regularizações, objetos de destaques no decorrer do ano de 2025, procedimentos esses que estão aderentes às práticas da Auditoria.

Adicionalmente, com relação aos trabalhos realizados pela Auditoria Interna do Conglomerado, nos quesitos contábeis, o Comitê teve acesso aos relatórios elaborados, não tendo havido nenhuma recomendação adicional aos planos de ação apresentados na finalização desses trabalhos, estando todos eles dentro dos prazos ajustados durante os trabalhos. Os apontamentos efetuados, disponibilizados ao COAUD, findaram o ano de 2025, com as ações compromissadas implementadas para correção dos apontamentos e sua finalização no decorrer de 2026.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração das empresas. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e gestão da conformidade.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações Financeiras/Contábeis e debateu com a Administração e com os Auditores Independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas nos respectivos documentos, não tendo registrado apontamentos.

O Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os auditores independentes, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas, por examinar as demonstrações Financeiras/Contábeis e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Comitê de Auditoria teve acesso a esse relatório, não tendo havido nenhuma recomendação por parte dos auditores independentes, nem ressalvas.

O Comitê não tomou ciência de nenhuma ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude, bem como erros relevantes nas demonstrações Financeiras/Contábeis, que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente KPMG atendem os requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

Maurício Machado de Minas	- Coordenador
Paulo Ricardo Satyro Bianchini	- Membro
José Mauro Depes Lorga	- Membro
Ivanyra Maura de Medeiros Correia	- Membro
Cristina Maria Cantanhede Amarante Biasotto Mano	- Membro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração e Diretores da Bradesco Capitalização S.A. São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

**Mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização**

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2(j) e 14 às demonstrações contábeis, a Companhia registrou provisões técnicas relacionadas a contratos de títulos de capitalização no montante de R\$ 10.266.997 mil.

A provisão técnica para resgates de títulos de capitalização é mensurada utilizando metodologia que considera as características definidas nas condições gerais de cada produto, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.

Devido à importância da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização para o entendimento das demonstrações contábeis por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica, que representa 91% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2025, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Abaixo, informamos os principais procedimentos realizados para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria:

Testamos, com o apoio de especialistas em tecnologia da informação, o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização. Isto incluiu controles relativos à parametrização do sistema operacional para realização do cálculo da provisão, desde o momento da sua constituição, incluindo o cálculo dos juros e atualização monetária; ao processamento automático dos pagamentos de resgates pelo sistema financeiro; e à integridade e exatidão das informações transferidas entre os sistemas operacional, financeiro e contábil; Recalculamos, com base em amostragem, o saldo da provisão técnica para resgates por meio de aplicação das quotas de capitalização estabelecidas nas condições gerais de cada produto sobre as arrecadações do período, bem como da respectiva atualização monetária e juros;

Testamos a existência e exatidão das arrecadações recebidas no período, base para a constituição da provisão técnica para resgates, em comparação aos montantes apresentados nos extratos bancários; e

Testamos, com base em amostragem, a existência e exatidão dos resgates pagos mediante confronto com as informações contidas na respectiva documentação suporte e comprovantes de liquidação financeira.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração

das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1.400, 1º andar – Chácara Santo Antônio  
CEP: 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500 - kpmg.com.br  
CRC 2SP-014428/O-6

Luciano Agulho Vecchi  
Contador CRC 1SP281259/O-1

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas

Bradesco Capitalização S.A.

**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da **Bradesco Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Atuários Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Bradesco Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Barueri, 24 de fevereiro de 2026.



Avenida Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, 939, conjunto 1201,  
12º andar, parte 6, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park,  
Tamboré, Barueri - SP, CEP 06460-040  
CNPJ - 02.646.397/0006-23  
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti  
MIBA 2147

